



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: TONINHO PAIVA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 16/09/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Bom dia a todos. Com a presença do Sr. Wilson Poit, Secretário Municipal de Desestatização e Parcerias, do Sr. Paulo Santoro de Mattos Almeida, Presidente da SP Obras, e dos nobres Vereadores Dalton Silvano e José Police Neto; declaro abertos os trabalhos da 14ª audiência pública da Comissão de Administração Pública do ano de 2017.

Informo às senhoras e aos senhores que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.camara.sp.gov.br, no link Auditórios On-Line.

Comunico que esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, diariamente, desde o dia 14 de setembro; e nos jornais *O Estado de S.Paulo*, do dia 15 de setembro de 2017, e *Folha de S.Paulo*, do dia 15 de setembro de 2017.

Gostaria de passar a palavra ao Sr. Wilson Poit.

O SR. WILSON POIT - Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui na Câmara Municipal de São Paulo mais uma vez. Cumprimento o Vereador Toninho Paiva, Presidente desta Comissão. Também saúdo os Srs. Vereadores Dalton Silvano, José Police Neto, Secretário Milton Flávio, eu colega, Sr. Carlos Leite, Diretor da SP Urbanismo e Paulo Santoro da SP Obras, bem como a Dra. Ana Beatriz da SP Parcerias, Dr. Pagani, e uma série de colegas aqui presentes.

Estamos aqui mais uma vez, eu acho que pela 19ª vez para uma audiência pública da Secretaria de Desestatização e Parcerias. Hoje para mais uma discussão. Para discutirmos mais uma vez e ouvirmos sugestões ao PL 367 focado nos substitutivos que apresentamos recentemente quanto às concessões desse projeto.

Aproveito a oportunidade para agradecer a presença dos senhores. Dizer que enriquece bastante esse processo tantas sessões que já tivemos aqui. Já estamos no mês de setembro e continuamos ouvindo os Vereadores, a população para acrescentarmos as contribuições possíveis a esse projeto de lei para, em seguida, com o recebimento dos estudos

em alguns casos podemos fazer melhores licitações de desestatização.

De uma maneira geral, como gostaria sempre de repetir, faz parte de um grande projeto do Prefeito João Doria enxugar o tamanho da Prefeitura, enxugar o tamanho do Governo, saindo de determinadas atividades, empresas, e imóveis, onde a presença do Estado não se faz exatamente essencial para que possamos ter recursos, gente, energia e investimentos naquilo que a população, principalmente a mais humilde, mais precisa.

Registro aqui também a chegada da Vereadora Janaína Lima, minha colega, obrigada pela presença.

Nós temos diversos projetos de lei tramitando na Casa e já aprovamos esse ano três leis na Casa Legislativa. A primeira delas, em maio, que criou a Comissão Municipal de Desestatização e Parcerias. No mesmo mês foi aprovada, talvez a lei mais importante de todo esse projeto, que criou o Fundo Municipal de Desenvolvimento Social que carimba todos os recursos que serão arrecadados com as privatizações, com as outorgas de concessões, com as desonerações, colocando todo esse dinheiro num fundo contábil cujo único destino será investimentos, e nunca custeio, e sempre nas prioridades dessa cidade, no que realmente o serviço público precisa estar presente: investimento em Educação, em Saúde, Habitação, Mobilidade, Assistência Social e Segurança. É aí que o Governo precisa centrar investimentos e a meta que a nossa Secretaria tem é justamente de maximizar a colocação, a transferência de recursos para o que é essencial.

Tudo que não for essencial não é prioritário para o Prefeito João Doria e para nossa Pasta e, principalmente, para tudo aquilo que o meu partido e eu pessoalmente mais acreditamos, onde realmente é necessária a presença do Governo.

Colocado isso, tenho uma apresentação, o ambiente aqui é muito bonito. Estamos numa tarde tranquila e fresca, diferente dos plenários onde sempre estivemos, mas prejudica um pouco a apresentação. Vou pedir licença para ficar de pé. Vou acompanhar mais de perto, são poucos slides, cinco ou seis slides, apenas para fazer um resumo desse substitutivo e, em

seguida, passar a palavra ao Presidente, aos Vereadores e àqueles que desejarem fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Antes do Sr. Wilson fazer a apresentação, quero informar que as inscrições estão abertas, aqui na mesa. Cada inscrito terá cinco minutos para falar. Quero também destacar a presença do nosso amigo, o Secretário de Relações Governamentais, Sr. Milton Flávio e a Vereadora Janaína Lima.

- Apresentação de vídeo.

O SR. WILSON POIT – Por favor, o primeiro slide. Vou utilizar esses slides, embora um pouco apagados, como roteiro apenas. Vou fazer um resumo. Não falarei mais do que cinco minutos para dar oportunidade de os senhores falarem.

Resumindo muito o Plano Municipal de Desestatização. Não temos nenhuma cópia impressa dele, não? (Pausa) Os objetivos do Plano Municipal de Desestatização: reordenar a posição do estado na economia; censo de urgência e priorização dos projetos; desonerar os gastos com atividades não essenciais; passar para a iniciativa privada ativos que podem ser melhor explorados por ela; promoção de investimentos nos serviços prioritários; e resultados de alto impacto social e econômico.

Entendendo a diferença do PMD, o nome dessa Secretaria é muito apropriado, é um trava línguas para algumas pessoas, mas desestatização deixa bem claro que nós temos, não confundimos privatização com concessão ou com Parceria Público Privada. Novamente, privatização são projetos de venda de um bem público ou de uma empresa estatal e nós teremos, nesse plano, basicamente três, que é o Anhembi, Interlagos e um conjunto de imóveis. Uma grande parte do Plano Municipal são concessões que nunca podem ser confundidas com privatização. Concessão é quando o Poder Público transfere à iniciativa privada a prestação do serviço público ou a gestão de um bem público. E teremos Parcerias Púlbico Privadas que são espécies de concessão, em que o financiamento da operação é compartilhado entre o concessionário e o Poder Público e o usuário.

Do que se trata esse projeto que está em discussão aqui, hoje, o 367. É um conjunto de concessões resumidamente das principais concessões: concessão dos parques municipais de São Paulo; concessão do sistema de Bilhete Único de transporte; concessão dos terminais de ônibus, são 27 terminais de ônibus na Cidade nesse projeto; concessão dos mercados municipais; e do serviço de remoção de veículo e pátios de estacionamento.

Na questão de parques, é extremamente importante reforçar sempre que os concessionários que, inclusive, já se apresentaram, e já entregaram estudos, (Pausa) muito boa tarde Vereador Antonio Donato, prazer em tê-lo aqui, sempre reforçando que os concessionários têm três premissas, ou melhor, quatro premissas básicas: jamais cobrar ingressos dos usuários dos parques; assumir toda a despesa do parque; fazer investimentos e integrar os permissionários existentes nos parques nas suas atividades.

Para lembrá-los, São Paulo tem hoje 107 parques municipais. No ano de 2015, a despesa foi de 185 milhões, sendo 29 milhões apenas com o Parque Ibirapuera, como resultado para o usuário e para o cidadão de São Paulo, bastante sofrível, como os senhores conhecem. Quanto ao sistema de bilhete único, São Paulo tem 14,7 milhões de bilhetes, que hoje só servem para pagar passagens sob pneus e sob trilhos. Aproximadamente 60% dessa receita é da Prefeitura de São Paulo, basicamente dos ônibus e 38, 40% do Governo do Estado, de metrô e de sistema sob trilhos.

Assinamos um convênio já com o Governo do Estado, e já temos um procedimento preliminar de manifestação de interesse, inclusive no mercado, aguardando a aprovação da Casa. O bilhete único, em várias Cidades modernas do mundo, já é utilizado também como meio de pagamento, como tíquete de benefícios, como uma série de serviços agregados. A Prefeitura e o Estado hoje gastam cerca de 250 milhões por ano com a manutenção dos software pela SPTrans. Tirando as receitas, a oneração da Prefeitura hoje é da ordem de 106 milhões de reais, que podem ser economizados, transferindo essa gestão para o privado, que, além de fazer uma melhor gestão, reduzir as fraudes, que são muito grandes hoje, e não temos

a medida da quantidade de bilhetes falsos e de fraude que corre pela Cidade, mas também agregar receita acessória, para que a Prefeitura não só tenha, de repente, uma outorga pela concessão dessa bilhetagem, uma desoneração. Estamos falando aqui de partida de, pelo menos, 400 e poucos milhões em quatro anos, e também uma receita, uma participação na receita acessória.

Quanto a terminais urbanos, esse projeto contempla 27 terminais de ônibus. São rodoviárias urbanas que temos, em São Paulo, como o Parque D. Pedro, como a Praça da Bandeira, Princesa Isabel, Santo Amaro, Jardim Ângela e Socorro, que são rodoviárias hoje utilizadas apenas como estacionamento de ônibus e muitas delas com banheiros não dignos, com vendedores de comida, às vezes, com permissionários, mas nada de qualidade. A intenção desse projeto já é uma lei existente, na Casa, uma lei de autoria do Vereador José Police Neto, que, nesse projeto, há um algum ajuste, mas que permite, nessa lei, a construção de quatro vezes, fator 4, de área construída sobre o terminal, alcançando também melhorias num perímetro de 600 metros em volta desse terminal de ônibus, que podem virar *shopping centers*, que podem virar escolas, podem virar habitação. Podemos ter creches em alguns deles. Podemos ter Poupa-Tempo. É um projeto que traz mais de um milhão de metros quadrados novos na cidade de São Paulo. Cada bairro e cada local tem uma vocação. Não precisa ter *shopping* em todos eles, mas, em vários lugares do mundo, nós olhamos pela janela do hotel e não vemos os ônibus, não vemos a estação rodoviária, não vemos a estação de trem, e sim um conjunto de prédios sobre elas, e, nesse caso aqui, concessão. Não é também privatização.

A questão de mercados municipais é ampliada debatida já aqui nesta Casa. São 14 mercados municipais, sem alteração, e com garantia de que os permissionários vão ficar lá nesse aditivo também, garantia de preferência na negociação para o consórcios e para as associações de mercados, mantendo a verdadeira vocação desses lugares, mas sem que o Governo precise gastar energia com frutas e verduras, quando temos tantas coisas de

necessidade, nesta Cidade, relacionadas com Educação, com Saúde e com creches. Também achamos que os mercados merecem banheiro melhores, acessibilidade, limpeza, reforma de fachadas, maiores e melhores banheiros e também locação de algumas áreas hoje que estão ociosas ou subutilizadas. Os próprios permissionários nos procuram e sabem do interesse de que haja uma regra, de que haja uma lei e uma melhor *compliance* do que acontece lá dentro hoje.

Quanto à remoção de veículos e pátios de estacionamento, isso também foi discutido em outras duas sessões aqui nesta Casa. Nós falamos sobre os veículos removidos, todos os anos, aqui, na Cidade. É um serviço deficitário, que é contratado uma frota, que fica hoje, no mundo de hoje, que pode ser contratada por demanda. hoje é uma frota que fica disponível. Pátios de estacionamento são lugares até do crime e de outras coisas aconteceram. Não podemos ter um tempo de veículo, no pátio, reduzido, um tempo de remoção mais rápido, custo por demanda e uma menor despesa. Rapidamente, em números maiores, nós temos uma arrecadação de aproximadamente 15 milhões e uma despesa de 28, um déficit de 13 milhões no sistema que há hoje.

O que nós vamos discutir hoje? São esses os projetos básicos do PL 367. Nós apresentamos, na Casa, um substitutivo, até pelo ouvimos aqui dos Vereadores e também das pessoas que estiveram nas outras sessões. Basicamente nós estamos excluindo do PL 367 o sistema de compartilhamento de bicicletas, solicitado pelos Vereadores. Depois de diversas audiências, decidimos retirar do PL 367 o sistema de compartilhamento de bicicletas e também retiramos a concessão do mobiliário urbano, que será objeto de um outro PL apresentado pelo Sr. Secretário Penido aqui na Casa. Então, são dois itens que foram retirados do PL 367. Também, nesse substitutivo, incluímos garantias para os usuários, relativos a receber serviço adequado, acesso à informação e transparência de tudo que vai acontecer nesses serviços e liberdade de escolha entre os prestadores. Novas regras sobre as concessões: Obrigatoriedade da demonstração de vantajosidade econômica das concessões e do direito de

preferência para os permissionários, em igualdade de condições. Também vedação à cobrança de ingresso nos parques. Vamos gravar, na lei, como foi solicitado, apesar de tantas vezes, repetirmos. Já colocamos, no PMI, que está no mercado. Os estudos que estamos recebendo vai estar na lei, que jamais será cobrado ingresso para uso dos parques de São Paulo. Os parques terão banheiros que não serão cobrados, terão *shows*, que sempre serão pagos pelos patrocinadores, e os concessionários, como eu disse, terão que ainda assumir a despesa do parque e investir em melhorias; avaliação de desempenho dos concessionários, inclusão de mecanismos, nesse substitutivo, de avaliação do serviço por parte dos usuários, por meio de aplicativos e também diretamente, e de mecanismos de auditoria externa, exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas dos concessionários, obrigatoriedade da prestação de contas do concessionário ao poder concedente. Fica claro que os conselhos gestores dos parques municipais terão as suas atrações mantidas, conforme previsto na lei municipal vigente, de 2013.

Essas são as principais alterações dos projetos do PL 367. Eu fico feliz de estar aqui novamente, à disposição de ouvir sugestões. Vamos anotar todas as questões, não só dos Srs. Vereadores como também dos senhores aqui presentes. Estamos sempre aqui com paciência, com tranquilidade, com democracia e com respeito. Sabemos que desta Casa sairá uma lei melhor, sem dúvida alguma, de que esse projeto municipal de desestatização, bem representado aqui pelo PL 367, mas ele também tem projetos de privatização, concessão de cemitérios e outras concessões grandes aqui nesta Casa. Representa bastante a filosofia do Sr. Prefeito João Doria, de enxugarmos o tamanho do Estado. O Estado não precisa ser gordo como é hoje, dando espaço para corrupção, e podendo focar suas energias, seus recursos e as suas receitas naquilo que principalmente a população mais humilde desta Cidade sempre precisa.

Concluo minha apresentação dando as boas vindas para o meu sempre Senador Eduardo Matarazzo Suplicy. Eu acabei de ler o livro aqui que S.Exa. me presenteou, da Sra.

Mônica Dalari, sobre as cooperativas dos parque, e já liguei agradecendo.

Muito obrigado a todos. Eu passo a palavra para o Sr. Presidente da mesa.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Dr. Wilson Poit, pelas suas explanações, sempre muito esclarecedoras.

Registrarmos a presença do Vereador, sempre Presidente desta Casa, Sr. Antonio Donato, e o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

Depois se os Srs. Vereadores quiserem usar a palavra, é só sinalizar. Vamos ouvir as pessoas que se inscreveram.

Tem a palavra o Sr. Gustavo Ramos.

O SR. GUSTAVO RAMOS – Boa tarde a todos. Vim aqui para prestar o meu apoio a esse projeto de lei. É muito importante. Eu vou usar muito menos do que três minutos, porque o recado que eu tenho a dar é muito simples. É uma coisa que a gente que prezar na nossa vida, tanto na administração pública quanto na administração privada, o uso da racionalidade. Por tudo o que o Sr. Secretário apresentou, eu ouvi atentamente tudo o que S.Exa. falou sobre esse resumo dos *slides* que S.Exa. apresentou. Parece-me uma coisa muito racional e muito óbvia. Eu acho que os nobres Vereadores, com certeza, também acham e vão entender assim, espero eu.

Só queria basicamente terminar aqui com uma frase de uma autora que eu gosto muito, Ain Rendi: “A gente pode ignorar a realidade, mas a gente não pode ignorar as consequências de ignorar a realidade” Então, numa Cidade onde vários lugares do Brasil falta tudo, 50 milhões para autódromo e outras coisas, quando falta segurança, saúde e educação, parece-me uma coisa racional, e gostaria muito que fosse um ponto pacífico aqui nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Alex Fontaine.

O SR. ALEX FONTAINE – Eu gostaria de parabenizar a iniciativa do Sr. Secretário Wilson Poit e da Administração do Sr. João Doria. É, com muita coragem que V.Exas. estão fazendo algo que é muito necessário para a Cidade e para aqueles habitam na Cidade. A Prefeitura tem que se concentrar na essência, naquilo que vai gerar igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, e perder, sair daqueles ramos onde a iniciativa privada é muito mais eficaz e eficiente, eficaz por entregar serviço de qualidade para a população e eficiente, custando muito menos para o cidadão, para receber aquilo.

Então, de fato, esse movimento que está sendo feito, essa gestão do Sr. João Doria está de parabéns. Vai entregar muito mais para essa população e vai custar muito menos para a população.

Novamente, parabéns a esta gestão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Ivan Monteiro.

O SR. IVAN MONTEIRO – Olá pessoal. Obrigado aqui pela oportunidade de a população se comunicar e falar sobre o projeto. Eu sou do Rio. Moro em São Paulo. Já morei em Curitiba e já morei em Campinas e não vou falar sobre a importância desse projeto, de quanto eu apoio esse projeto. Acho aqui o que foi dito sobre a clareza de focar os esforços naquilo que é importante, segurança, saúde e educação, já que os esforços e recursos são limitados, é muito importante. O meu foco aqui é mais sobre a cidade de São Paulo, porque São Paulo é vitrine para o Brasil. Sempre falo para os amigos aqui de São Paulo, que quando eu cheguei aqui, falei: “Isso aqui é o Brasil, o que o Brasil pode ser e é o Brasil que o Brasil, um dia, vai ser”. Então, não só para o Sr. Prefeito, como para os Vereadores, tanto de Situação quanto de Oposição, o meu recado é: “Quando esse projeto der certo – eu não tenho dúvida de que esse projeto vai dar certo – o resto do Brasil vai estar olhando para a cidade de São Paulo, vai estar olhando para esse projeto e vai tirando esse projeto daqui e levando para outras capitais e outras cidades do interior do Brasil”.

Então, para os senhores, eu aumento a barra da responsabilidade, de aprovar o

projeto, e também para o Sr. Secretário tocar o projeto, de maneira bem feita, porque o que vai ser feito aqui, vai ser vitrine para o Brasil. Vai dar certo aqui e vai dar certo no resto no Brasil.

Muito obrigado e boa sorte. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Afalécio Vinício.

O SR. AFALÉCIO VINÍCIO – Bom dia, pessoal. Tudo bem? Eu cumprimento os nobres Vereadores, o Sr. Secretário. O Vereador Suplicy foi meu professor lá. Fiz uma aula de V.Exa. na GV. Muito obrigado pela presença e a oportunidade de falar.

Eu acho meus colegas falaram bastante aqui, gente, mas o principalmente é o que a população de São Paulo mais precisa: escola, saúde, segurança pública ou alguns gastos que não estão sendo eficientes para a cidade de São Paulo.

Creio que esse número esteja correto. Temos 65 mil crianças fora das creches, fora das escolas por escolas, falta de creches. Então, numa concessão de parques, onde a Prefeitura de São Paulo gasta de 200 milhões de reais praticamente para fazer a manutenção, para cortar grama, eu acho que pode ser mais eficiência haver mais escolas, mais saúde, mais educação e mais segurança para a população. Então, fico muito feliz com esse projeto. Eu acho que é um exemplo para todo o Brasil priorizar investimento, além desses três pontos, habitação e transporte. É isso que a população precisa.

Parabéns para a gestão. Parabéns para esta Casa, que está levando isso para frente e vai dar exemplo para outras cidades e para o Brasil inteiro. Então, viva São Paulo, viva o Brasil.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Dario Arantes.

O SR. DARIO ARANTES – Bom dia a todos. Obrigado por estar aqui. Obrigado, Sr. Wilson e nobres Vereadores. Eu vou ser breve. Todos nós sabemos que, no Brasil hoje, temos um déficit muito grande. Hoje está em 160 bilhões e, se não tomarmos cuidado, chegará a 500 bilhões. Isso justifica que o Brasil está falido daqui a quatro ou cinco anos. A cidade de São

Paulo está indo para o mesmo caminho, porque ela arrecada 80 e gasta 100, arrecada 100 e gasta 150. Então, o que nós temos que fazer? Administrá-la como uma empresa. Tudo que for deficitário, nós temos que passar sim para a iniciativa privada. Nós temos que focar em saúde, educação e segurança. É o que o povo paulista precisa. Eu nasci na Mooca. O Sr. Toninho, da nossa região lá do Tatuapé, a gente conhece há muitos anos. Nós sabemos da dificuldade que nós temos. Nos bairros mais distantes, extremo Leste, na Cidade Tiradentes, na zona Sul, e a região do Taboão, são zonas que precisam de hospitais e de creches. São 65 mil pessoas precisando de creches e a Prefeitura vai administrar parque, mercado e estádio de futebol – já estou entrando numa outra, que ainda não faz parte da PEC, Interlagos, que é um absurdo. Estão liberando agora 50 milhões para a Fórmula 1 e vão gastar mais 80 para recapear a pista. Isso tem que ser passado para a iniciativa privada. Esse custo está sendo tirado do banco da Prefeitura, das verbas que a Prefeitura recebe. Então, nós temos que abrir os olhos. Acabou, gente.

São Paulo, se não me falha a memória, é a terceira metrópole no planeta, e nós estamos atrasados em tudo. Precisamos buscar experiências lá fora, na Europa, como a gente viaja muito, Ásia e China. É uma coisa absurda, é uma coisa linda. Poucos conhecem essas regiões. Então, nós precisamos sim modernizar a nossa Cidade, precisamos diminuir custos e administrá-la como sendo a nossa empresa, a nossa Casa, porque quando nós recebemos salário do pai, da mãe e de um filho, nós temos que redimensioná-lo ao custo que nós vamos ter, e não querer gastar 50% a mais e começar a fazer, buscar dinheiro onde? Em bancos. Então, temos que ter consciência. É o que está tendo agora o Sr. Prefeito João Doria. Parabenizo o Sr. Secretário Wilson Poit, que está à frente desse projeto, e nós temos que apoiá-lo sim.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Thiago Santos.

O SR. THIAGO SANTOS – Boa tarde a todos, Sr. Secretário, Srs. Vereadores e

demais presentes. Eu não sou paulista. Sou de Belém de Pará, e eu queria para os senhores que aqui, em São Paulo, têm uma oportunidade e uma responsabilidade muito grande, de mostrar para o Brasil que esse sistema, de desafogar a máquina pública funciona. Eu sou de um Estado que a máquina pública é totalmente emparelhada, aparelhada, onde os votos são controlados, onde matam Prefeitos. Quem já ouviu falar de Goianense, de dois anjos, Goianense, Bel Branco, Tucuruí. Mataram os prefeitos de lá.

Então, São Paulo, como grande centro, ele tem que mostrar para a sociedade civil, tem que mostrar para o País que esse sistema funciona. A máquina pública tem que investir o dinheiro público naquilo que realmente importa. Eu vejo os senhores falando de segurança pública aqui. Eu chego a ficar abismado, porque de onde eu vim é muito perigoso. A segurança pública é totalmente falida. Então, V.Exas. têm uma responsabilidade muito grande, de mostrar que a gente pode ter um futuro melhor para a nossa Nação e que se espalhe para os demais Estados.

Parabéns. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra o Sr. Rafael Calábria.

O SR. RAFAEL CALÁBRIA – Bom dia a todos os presentes, bom dia aos Srs. Vereadores e ao Sr. Secretário. Eu falo em nome do IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor e venho trazer aqui várias preocupações sobre esse processo, sobre esse PL pra tentar melhorar o texto e que tenhamos a garantia de melhora no futuro.

Primeiro, queria criticar um processo assustador: uma audiência marcada nas vésperas, num sábado, sem divulgação e sem o texto substitutivo divulgado. Tivemos de conseguir de outras formas o texto pra que seja discutido, atropelando todo processo democrático, que é totalmente antit transparente. Não é porque tem audiência que é transparente, a audiência foi bastante problemática, bastante ruim.

Quanto à concessão, queria dizer das questões, da problemática porque não é concedendo que se resolve, tem de ter diretrizes claras, diretrizes para a melhoria dos serviços

pra que o empresário compra, e tenha diretrizes para seguir.

Temos em São Paulo a concessão de ponto de ônibus, sem informação para o usuário porque a concessão não previa e o *cara* não tem que informar; há concessões de metrô que o empresário tem garantia de lucro, ou seja, o Governo continua gastando, não para de gastar quando concede; o que acontece são concessões problemáticas. Concessão não é uma mágica que tudo resolve, tem de ter diretrizes. No nosso entender o PL avançou um pouco, mas não há diretrizes com qualidade. Avançou em diretrizes para os parques e para os sacolões, mas ainda há riscos. Por exemplo, Proteção de Dados: aqui está uma frase ampla, sem explicar como o concedente vai ter a garantia da produção dos dados. Não há diretrizes para o atendimento ao usuário do Bilhete Único, como vai ser a rede, se o *cara* vai garantir a rede, Se vai ter de ampliar. A tecnologia está melhorando, mas não vai substituir a venda dos créditos, do dia pra noite nos próximos anos, não vai ser de forma rápida. Tem de haver diretrizes para o atendimento ao usuário do Bilhete Único.

Quanto aos terminais, a preocupação é um pouco diferente. Mantém-se a lógica de conceder para concedente toda construção, sem precisar devolver, vai devolver só o terminal. Isso é perigoso porque a Prefeitura, daqui a 20, 30 anos, vai ter um terminal sem espaço aéreo, sem poder fazer outro trabalho de concessão. A justificativa da SP – Urbanismo é que vai ser usado pra Habitação. Então a lei tem de ser clara de que essa flexibilidade seja só pra Habitação, para os outros tem de ficar claro que a Prefeitura precisa ter de volta a construção pra reconceder, pra fazer o que quiser, pra privatizar, enfim, pra ver o que consegue daqui a 20 anos, retrabalhar aquele território e não ter, por exemplo, um terminal *micado*, sem poder retrabalhar.

No nosso entendimento, a lei melhorou um pouquinho, mas faltam diretrizes. Houve melhora na sua estrutura, mas é muito preocupante a falta de diretrizes porque há concessões em São Paulo, no Brasil, e não vou citar a concessão de ônibus no Rio, que é bem problemática.

Então a lei, o edital tem de ter diretrizes claras, tem de ter garantia para a sociedade civil de melhoria, e não só conceder, não só achar que a empresa vai melhorar com naturalidade. Tem de ter diretrizes em lei, tem de ter garantias.

Vamos continuar batendo nisso, pressionando para que haja essas melhorias.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Rafael Calábria. Próximo a falar é o Sr. Nicolau Sarkis.

O SR. NICOLAU SARKIS – Boa tarde a todos. Secretário Wilson Poit, parabéns pela iniciativa, fazia tempo que não víamos um projeto tão lúcido, tão claro e tão obvio. Como é que não pensamos nisso antes? Como é que a gente gasta essa fortuna, 100 milhões em sacolão, em parque, e o que tem de volta? Nada! Vamos ter um parque muito melhor, vamos ter sacolões limpos, higiênicos, que hoje são horríveis.

Queria então dar os parabéns e espero que acelerem as outras privatizações, que saíram do projeto de lei, que entrem logo as próximas, terão o nosso apoio.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Com as palavras do Sr. Nicolau Sarkis, encerramos as inscrições. Qual Vereador vai falar primeiro? (Pausa) Com a palavra o nosso amigo, sempre Presidente da Casa, Vereador Antonio Donato.

O SR. ANTONIO DONATO – Boa tarde. Quero cumprimentar o meu Presidente, o Presidente da Comissão, Vereador Toninho Paiva; o Dalton, secretário; o Police; a Janaina; o Vereador Suplicy.

Vou falar muito parecido com o que falei na primeira audiência pública porque o projeto, em qualidade, não mudou. O substitutivo continua genérico e não podemos tratar desse tema com um debate puramente ideológico, que é o que eu vejo: sair de certas áreas e

concentrar em Saúde, Educação, vai ser o melhor.

O debate da concessão, que é do que trata o projeto, basicamente são concessões, não pode ser tratado de forma ideológica. Para nós, do PT, esse debate não é ideológico. Foi o Governo do PT, em São Paulo, que fez a concessão dos ônibus, a concessão do tratamento dos resíduos sólidos e da disposição final, ou seja, do lixo. Essas são as duas grandes concessões que há em São Paulo. A outra foi a concessão dos abrigos, do mobiliário urbano feitas na gestão Kassab.

O que precisamos fazer é um debate objetivo, e assim poder avançar no projeto de lei, e acho que o processo está invertido, eu continuo achando.

Primeiro se aprova uma lei genérica e depois se faz estudos pra definir o escopo da concessão, e não temos prazo. Outro problema, é um projeto que põe várias concessões numa só lei quando, a meu ver, deveria haver uma lei pra cada concessão. A lei pressupõe que haja prazo definido pra concessão, e pra definir prazo temos de ter estudo do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Os 200 milhões que se gasta com os parques vão continuar existindo para o poder público ou para a iniciativa privada. Como é isso, qual a equação financeira pra resolver essa questão? É possível ter uma equação financeira, qual será? De que maneira o serviço público será tratado? Porque temos de ter um objetivo final quanto à melhoria do serviço público. Os parques não deixarão de ser públicos, os mercados não deixarão de ser públicos, e a bilhetagem também é um serviço público. Então de que maneira vamos aprimorar o serviço público? Essa é a pergunta, e é preciso estudos e os estudos estão numa fase absolutamente preliminar, portanto, não podem estar expressos nas diretrizes do projeto de lei.

Em alguns casos não há custo, há superávit, e aí eu vou para alguns detalhes da lei.

Quando se fala no caso dos mercados, os mercados – isso eu aprendi na última audiência pública – arrecadam nove milhões com as taxas de permissionários, e gastam 1,2

milhão ou 2 milhões, algo nessa ordem. Então há um superávit de 7 milhões. Por que então conceder os mercados? Porque há necessidade de investimentos, segundo a Administração, o que somaria 90 milhões. Portanto, um edital – e creio que a lei deveria contemplar – vai contemplar aquele concessionário que oferecer rapidamente a reforma dos mercados porque se esse é o problema, ele terá no menor tempo possível de reformar os mercados. Se não, era só fazer um fundo e, em 10, 12 anos, seriam reformados todos os mercados porque eles são superavitários.

Aí se fala que “atendendo ao pedido dos permissionários da garantia de preferência para permissionários em situação de igualdade”, traduzindo: se uma proposta de uma associação de permissionários empatar com o *Carrefour*, se empatar, ela terá vantagem. Numa licitação desse porte é muito difícil acertar os centavos da proposta, a menos que seja feito de outra forma. Não temos esses detalhes e quando não temos, eu continuo dizendo: estamos dando um cheque em branco para a Administração fazer o que quiser. Se vai ser bom ou não, não sei! Mas como legislador, estou chancelando algo que não sei se será bom ou ruim porque depende do edital. As diretrizes não estão claras. O meu ponto continua: as diretrizes não são claras. O que se acrescentou ao projeto é a cópia da legislação federal, estar ou não no projeto tem de ser cumprida, os artigos foram agregados.

Portanto, continuo clamando que façamos um debate mais profundo, com prazo, com desenho. Já que existem PMIs na praça, vamos aguardar as PMIs, entender de que maneira o privado vai ser remunerado, de que maneira aquele equipamento vai ser gerido porque tudo isso está absolutamente genérico no projeto. E aí ficamos num debate puramente ideológico de uma tese.

Não vou entrar na questão, se a tese está correta ou não, mas precisamos discutir os problemas objetivamente em cada caso: os mercados, a bilhetagem, os parques. Vamos discutir cada caso pra vermos de que maneira a concessão poderá ser benéfica pra Cidade porque em si não é benéfica ou maléfica, é um instrumento de administração pública. Em si, a

concessão é nada, mas estão falando que a concessão vai resolver todos os problemas e não é verdade porque não há diretrizes claras no projeto.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Donato.

Tem a palavra o nosso querido amigo, Vereador Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Deixe-me cumprimentar todos aqueles que vieram, que nos acompanham, mas eu preciso rapidamente fazer uma correção: o substitutivo está no portal da Câmara desde ontem, 19h04. Então já foi tornado público.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Então, você pode discutir, mas o dado tem de ser objetivo, por isso faço questão de trazer o dado objetivo. O substitutivo foi oferecido, portanto, todos nós podemos dar novas contribuições em cima do que foi oferecido. Como o Vereador Donato nos falou, o substitutivo evolui e é verdade que a evolução ainda pode ser muito debatida.

Eu vou trabalhar então em duas linhas muito objetivas. Não tem um dos 55 Vereadores que não quer mais recursos pra Saúde, Educação, Transporte, Habitação. Então esse consenso a Câmara construiu, não há um Vereador no Plenário que está torcendo pra faltar dinheiro pra Educação nem torcendo que falte dinheiro pra Saúde. Todos nós estamos torcendo, trabalhando pra ter dinheiro. Agora nós precisamos sair do óbvio, o óbvio é que precisamos de mais dinheiro e de mais gestão. Agora: como? Saímos daquilo que já é consenso, é preciso recursos pra Educação, pra Saúde, é preciso melhor gestão, mas de que forma? E na forma pra isso é que estamos trabalhando com a transferência de ativos e de serviços públicos para o agente privado, é como a gente vai ter de fazer exatamente pra ter sucesso, porque não adianta passar um ativo ou um serviço para o agente privado e ele fazer tão mal ou pior do que a gente. Aí a catástrofe é total. E como podemos fazer isso? Com uma legislação, primeiro, que dê segurança pra quem vai colocar dinheiro.

Alguém aqui conhece empresário que quer perder dinheiro, que vai na Bolsa e diz o seguinte: estou vindo pra Bolsa porque eu vou perder dinheiro? Alguém conhece? Alguém já viu, num final de ano, já recebeu ligação do dono de um imóvel dizendo: resolvi devolver o dinheiro dos 12 meses que você pagou. Alguém já recebeu essa ligação? Não!

Portanto, temos de escrever regras que dê estabilidade ao que nós queremos, estabilidade jurídica pra quem vai colocar dinheiro, pra colocar dinheiro com a segurança de que vai dar resultado, resultado de gestão pra gente – serviços públicos com qualidade – e também pra quem investe, a pessoa que vai investir não quer perder dinheiro. Caso contrário, nossa ideia não fica de pé.

Pra isso, eu trouxe – é uma pena que o nosso plenário melhor é o que tem mais dificuldade com as apresentações – eu vou percorrer, não vou pedir mais de cinco, sete minutos pra percorrer os sete temas com os quais iniciamos o debate.

Há três ou quatro meses, melhor dizendo, este debate está na Câmara há mais de 20 anos. Quando se iniciaram os primeiros debates do que íamos fazer com o transporte coletivo, foi numa ação corajosa da Prefeita Marta – e não sou petista, não votei na Marta nem quando meu partido recomendou votar nela, e não tenho vergonha de falar disso -, mas ela foi corajosa e fazer audiência como esta. E tinha, do outro lado, um conjunto de perueiros que queriavê-la morta ao ter o sistema que há hoje. O que funcionava na periferia eram *vans*, eram quase sete mil *vans*. A Prefeita Marta, portanto, foi corajosa ao fazer audiências públicas com cinco mil perueiros e defender um modelo estruturado em que o agente privado colocaria dinheiro. Deu certo? Relativamente, porque o sistema se integrou na Cidade.

Hoje temos um Bilhete Único que consegue percorrer a Cidade por R\$ 3,80. É verdade que pagamos mais R\$ 2,60, mas funcionou. E a Câmara teve um papel fundamental, aprovou uma lei específica. Não foi diferente no serviço de coleta e destinação final do lixo, e não foi diferente quanto aos abrigos e relógios, Todos eles com uma legislação específica dando garantia ao cidadão e ao investidor.

O que o Secretário Poit vem fazendo conosco é isso exatamente, com muita competência, com muita dedicação. Tenho sempre de aqui afirmar isso. A gente pode não saber de tudo, mas vamos até o fim pra saber daqueles que sabem um pouquinho mais do que a gente pra colocar na lei o que temos de melhor. Esses são os elementos fundamentais que aqui nos reúne.

Na primeira questão, o bilhete único, o sistema de bilhetagem, o Governo do Estado junto com o Município assinaram, dia 23 de maio, convênio e o Estado passou a ser o detentor da responsabilidade da modelagem. Nesse momento quem estuda a modelagem é o agente estadual. Eu trouxe exatamente o extrato da publicação do *Diário Oficial do Estado* porque nós somos parceiros do Governo do Estado. A estrutura de bilhetagem do Metrô e da CPTM é anterior a nossa, assim o Estado tem mais informação do que nós dos nossos ônibus. Acerta o Município ao cobrar do Estado um processo de integração até porque o Estado tem integração metropolitana e vai ter de buscar os municípios que não estão dentro da cidade de São Paulo. Por óbvio, vai ter de buscar aqueles municípios para integração completa do modelo de bilhetagem.

Mas faço um reparo: a cidade de São Paulo tem um bilhete que integra outros modais, uma lei de minha autoria sancionada pelo Prefeito Haddad, chamada Bike SP, que permite ao ciclista, que tem direito ao bilhete único, ou ao trabalhador ou ao estudante, receber aquilo que pagamos de subsídio à empresa de transporte público coletivo quando faz o trajeto de bicicleta. Uma função simples, é o ganha-ganha. Quando o ciclista não entra no ônibus tendo direito ao bilhete, economiza R\$3,80 para o Município, o Município então se credita da viagem que ele realiza de bicicleta, e não usou o transporte que teria por direito. Em um mês o ciclista, que fizer seu deslocamento regular, economiza para o Município mais de R\$250,00. Mas há outra conta: o subsídio deixa de ser pago à empresa. O que escrevemos na lei e pra cá queremos trazer é que continua o ciclista tendo direito ao teto de remuneração que a empresa de transporte tem quando ele passava na bilhetagem. Se eu economizo para o Município

quando me desloco de bicicleta para o meu trabalho, eu não faço aquilo que é um direito na catraca, os R\$3,80, eu posso receber aquilo que a empresa receberia de complemento, que chamamos aqui em São Paulo de subsídio. Ganha então o Município a cada viagem realizada de bicicleta, R\$ 3,80, e ganha o ciclista aquilo que seria pago para a empresa – R\$2,60 para a empresa de transporte. O Município ganha, a Cidade ganha e o ciclista também pode ganhar. Essa foi a tese.

Estamos trazendo então isso pra cá porque pela primeira vez se construiu uma fórmula de você, ao incentivar o deslocamento de bicicleta, a cidade economizar o valor do bilhete por viagem.

Mais do que isso, é fundamental trazer para a lei – e escrevemos como forma de sugestão – que fica o concessionário obrigado a manter as funcionalidades do programa Bike SP. Nós temos um compromisso do Secretário Avelleda de, até o dia 22, Dia Mundial Sem Carro, fazer a regulamentação da lei, lei que tinha de ter sido regulamentada até o final de março, e ainda não foi.

Além da questão do Bike SP, há dois outros temas fundamentais: o primeiro deles é o sigilo dos dados do usuário. Já foi falando pelo Secretário que vamos manter em São Paulo as regras de sigilo de dados do usuário. Fizemos questão de mostrar porque aí o Estado se orienta, orienta-se pela obrigação que o Município tem de manter o dado sob sigilo, o que não é uma obrigação que estava no projeto encaminhado à Casa, portanto, nós avançamos.

Há também a utilização de tecnologias que vão garantir as funcionalidades mesmo fora de cartão, se não ficamos travados com as funcionalidades dentro de cartão, e estamos dizendo – e o Prefeito disse várias vezes – que podíamos ter funcionalidades que não estivessem envolvidas num cartão físico. Portanto, a legislação permitir que você não precise do cartão.

O outro aspecto é a remoção em pátios, que são os guinchos, os guinchos e os parques. Trouxemos uma ideia muito simples importada de decreto que o Município tem, que

disciplinou os aplicativos pra você chamar um viagem particular combinado com outro aplicativo – que já está a nossa disposição – chamado *Airbnb*. Nós já conhecemos os dois. Temos hoje uma taxa de ociosidade superior a 40% nos estacionamentos da Cidade, e isso nos estacionamentos legais. Portanto, não precisamos licenciar novos estacionamentos. Temos de perguntar aos estacionamentos se concordam em hospedar os carros com infração, e dar as condições em que os carros ficarão e os períodos. É a relação direta entre aquele que cometeu a infração e teve o carro recolhido com aquele que tem um valor máximo a ser cobrado, mínimo não, só o máximo disposto pelo Município. E a partir disso pode oferecer o preço.

Da mesma forma, é o sistema de guincho. A autoridade pública quando vai pedir o recolhimento do carro, em vez de chamar um dos 33 carros que hoje estão contratados, e nós gastamos 11 milhões a mais do que se recebe, não vamos gastar um real. Acionamos aquele carro que, dentro do aplicativo está mais próximo, ou que está no momento com menor preço. É simples assim, só usando tecnologia.

O que fizemos foi oferecer o texto para a lei, e aqui não é só oferecer a ideia – nisso tenho insistido, boas ideias se não estão traduzidas em texto de lei continuarão apenas boas ideias para o resto da vida. Enquanto não estão escritas infelizmente ainda não foram para um modelo em que você fala e se traduz em lei, tem de escrever também em lei.

Está lá a oferta do modelo de credenciamento pra garantir competitividade e concorrência, depois os atendimentos às normas com livre concorrência, a gestão transparente de sua utilização e, por último, as contrapartidas em recursos e informações, e eu passo a ter algumas outras externalidades, que é o conjunto de informações da circulação dos veículos.

Se eu consigo capturar os dez mil guinchos que têm na cidade de São Paulo dentro do sistema, passo sempre a saber onde estão esses dez mil guinchos. Se eu tenho informação de toda ociosidade dos pátios, os quais podem receber os carros, saberei de toda ociosidade, uma informação importante para o nosso regime de planejamento.

E depois, regras simples para alienação de ativos desnecessários. Então chega um certo momento que aquele ativo que ficou naquele pátio, ele já é reconhecido como não mais daquele proprietário original e, portanto, criando regras objetivas de como a gente se desfaz disso, que é um outro nó. A gente leva uma série e ativos para dentro de pátios, eles ficam lá dez, quinze vinte anos e aí tem que fazer leilão de inservíveis. Então, talvez vocês já tenham um pouco dessa informação, passam dez anos, pega tudo que inservível vai lá e faz um leilão e nunca ninguém aparece para comprar, o que é o problema recorrente.

Mercados e sacolões também são algo que a gente não quer inventar, a gente quer utilizar a experiência que foi trazida por alguns, trinta, quarente, cinquenta, sessenta anos e trouxemos um elemento simples para ele que é realizar as concessões individualizadas, cada um dos mercados, porque eles têm uma característica, e respeitar, e aí é algo que o Vereador Donato trouxe aqui, o que a gente está falando em direito de preferência é no edital preço mínimo você oferecer para os permissionários. Então, antes de você colocar a disputa de todos da sociedade, você tem um preço mínimo que vai constar do edital, então, antes de você burocratizar e fazer com que todas as empresas se alicerçem para isso, você pergunta se os atuais permissionários têm a vontade de administrar no preço mínimo de investimento e no preço mínimo de remuneração ano, aqui chamado de outorga ou ônus da concessão. E aqui estamos dizendo o seguinte, antes de eu submeter uma disputa, o preço mínimo que eu encontrei de investimento no ativo e de remuneração pela utilização, a gente oferece para aquele conjunto de, hoje, permissionários, numa modelagem que garanta a cobrança do município deles. Então, como eu posso cobrar e como ele pode se estruturar para buscar recursos no mercado de maneira mais fácil do que hoje, porque hoje nós sabemos que uma associação de permissionários tem uma dificuldade muito grande de levantar recursos no BNDES para fazer investimentos, portanto, não é essa modelagem mais adequada, mas o Poder Público pode orientar esses permissionários para encontrar melhor modelagem. E por isso a gente ofereceu um modelo que são concessões individualizadas, a preferência para os

permissionários em forma de texto legal, a competitividade e valores da atividade ali produzida, então você mensurar a atividade ali produzida e, portanto, em cima disso você sabe a remuneração que o município vai ter. Regras de governança e participação; você pode ter um permissionário que não queira participar, não é que ele não queira participar, é que ele está expulso daquele mercado. Então, escrevemos as regras de governança e de participação.

E aí chegamos no penúltimo, Presidente, e aí eu juro que vou ser mais objetivo do que antes, parques, praças e planetários. Parques e praças a gente tem que partir de um pressuposto, que esse para mim talvez seja o mais importante de todos, as cidades não vivem sem suas áreas verdes, portanto, as áreas verdes das cidades são essenciais, tanto quanto saúde, educação, se a gente esgotar todas as nossas áreas verdes não viveremos mais aqui. Então se tem um, aspas que a gente tem que abrir no nosso “processo” de transferência para o agente privado, mesmo em concessão, são as questões das áreas verdes, elas têm que ser trabalhadas com essa essencialidade. Portanto, só entrega-las para o agente privado administrar, a gente pode incorrer no seguinte, se não der lucro quebra, a empresa que não dá lucro quebra, mas o parque que não dá lucro se quebrar, quebra quem? Quebra a cidade porque a cidade morre sem suas áreas verdes que fazem exatamente a modulação do calor, faz a questão do micro clima, mas faz, também, uma série de trocas, que é a troca de CO₂ por O₂, portanto, interfere diretamente nas mudanças climáticas.

O que a gente fez para isso? Montar como a gente traz a iniciativa privada que não visa o lucro para a gestão dos nossos parques, da mesma forma que o Canadá fez, da mesma forma que os Estados Unidos fez, da mesma forma que é o Central Park, da mesma forma que a França fez. Então não inovamos, fomos buscar a bibliografia internacional e o que de mais avançado se tem nessas modelagens, então não inventamos. E trouxemos para cá um modelo que copia um pouco, similar, não é igual, ele já existe aqui, você vai no Parque do Povo, o Parque do Povo hoje é tocado por uma organização que não produz fins lucrativos, se a gente for no Parque Burle Marx também é tocado por uma entidade que não visa o lucro. Então o que

a gente está buscando aqui é que essas modelagens do Brasil e as modelagens internacionais nos permitam trazer de maneira bastante estruturada.

Próximo *slide*. O que a gente tem que fazer para isso? Para isso a gente tem que estabelecer as condições de parceria. Na questão de parques e áreas verdes não é possível usar pura e simplesmente a legislação federal que dá suporte às concessões. Aí a gente tem um trabalhinho um pouco maior para dizer como o agente privado sem fins lucrativos se estrutura, qual período máximo, que tem legislação federal que dá período máximo para isso, e como eu posso lastrear investimentos nos parques e como eu posso lastrear a retirada por parte desse concessionário de resultado econômico para remunerar aqueles profissionais de excelência e competência que vão atuar ali, porque se estou buscando uma gestão de competência não adianta imaginar que a gente vai pagar salários que não sejam compatíveis a profissionais de excelência. Portanto, a gente tem que ter isso dentro do nosso projeto e a gente escreveu exatamente isso, abertura para outras formas de cessão, com entidades sem fins lucrativos, está no próximo *slide*, no parágrafo segundo. Isso depois a gente vai, como a gente assegurar na lei os compromissos de não pagamento de entrada, isso a gente já assegurou, isso já está no substitutivo também, pagamento por serviços ambientais.

Aqui eu fecho com, talvez, a questão mais importante, parques e áreas verdes são produtores de serviços ambientais, no momento que eu transferi para o agente privado, eu tenho que ter o que ele produz de serviços ambientais hoje, ponto inicial, e posso remunerá-lo quando ele melhora os serviços ambientais prestados. Talvez essa seja mais ousada iniciativa que a gente tenha aqui em São Paulo. Então quero deixar isso muito claro, é de início de debate, sei que isso é complexo, mas talvez seja a questão mais importante para a gente garantir o futuro das nossas cidades.

Sr. Presidente, eu sei que tomei muito tempo. Gestão e participação do usuário, que também avançou no substitutivo já apresentado.

O último, e vou fazê-lo muito mais rápido que os outros, ele tem muito mais texto a

apresentar, mas vou apresentar um só dos terminais, porque ele não apareceu no substitutivo e vou insistir muito nisso. Vou pedir para o Fábio ir para os últimos parágrafos, aquele que trata da locação social, é o antepenúltimo, “dar viabilidade a projetos de locação social e produção e HIS e HMP”, por quê? Se a gente vem lutando há muito tempo para ser uma cidade compacta, que ela não se arraste para os nossos mananciais sul, nossos mananciais norte, se a gente conseguiu pela primeira vez, e tenho aqui que reconhecer o Prefeito Haddad que aceitou um artigo 90 elaborado para essa Casa para que a terra pública dos terminais tivesse o mesmo valor da terra privada que estava do lado, porque até a nova legislação a terra privada do lado do metrô incorporava do lado de nosso terminal de ônibus, incorporava todo valor público de ter uma estação ali, ou ter um terminal ali. O Prefeito Haddad aceitou uma proposta da Câmara que mudou isso, a terra pública e a terra privada passaram a concorrer. Isso é dizer que a nossa terra passou a valer mais porque não tinha valor nenhum. E a gente passou a concorrer com o privado vizinho, o que é muito bom, mas ela não deixa de ser terra pública, ela não deixa de ter orientação pública e aí a gente pode lastrear isso na lei. E é único que vou apresentar, vou deixar com o nosso Secretário todas as propostas que a gente traz, mas vou trazer um porque ele dá essa orientação pública porque nessas áreas hoje, são 24 terminais e mais três que estão na outra, 27, mas o projeto da SPTrans indica 52 terminais, então terminais vão ser construídos e já podem ser construídos nessa nova lógica. O Metrô está entregando um monte de estações e vai entregar outras e se essa lógica perpetuar a gente passa a ter outras externalidades positivas que não estavam na nossa leitura original. O que a gente está trazendo? É verdade que a gente já tem um coeficiente quatro de aproveitamento, na área pública dos terminais, estações. O que estamos dizendo é o seguinte: eu preciso mesclar o uso residencial com o uso não residencial que, muitas vezes, é mais atrativo e paga mais rápido o investimento, o shopping, as áreas para as universidades. Nós sabemos disso. Mas estamos dando um adicional: quem for lá fazer Habitação de Interesse Social vai ter 50% mais do coeficiente original da área.

Então ele tem aquele que teria, mas tem um adicional se for fazer Habitação de Interesse Social, portanto, trazendo a população de menor renda para compor uma terra pública que vai ter exploração privada, mas tem orientação pública ainda. E estamos dizendo mais: também tem uma vantagem para o mercado popular, porque normalmente somos muito incisivos na política para zero a três salários mínimos, mas esquecemos uma classe média baixa que, muitas vezes, é tão expulsa como a população de menor renda.

Trouxemos, então, os dois elementos: o elemento da população que recebe de zero a três salários mínimos, portanto, ela é subsidiada pelo Estado e o modelo daquela que não é subsidiada pelo Estado, e ao não ser subsidiada pelo Estado, muitas vezes, vai parar na última estação, sem a oportunidade de voltar para as regiões centrais.

O que estamos trazendo aqui é como produzir as novas centralidades para, pelo menos, os 27 terminais do Município e, portanto, a âncora de desenvolvimento daquela nova centralidade é uma intervenção pública que tem atividade econômica, mas tem uso misto, porque vai ter habitação também.

Então era isso que eu queria apresentar, deixar para o nosso Secretário a certeza de que a maior contribuição que podemos dar são as nossas ideias. Não tem outra, o Parlamento só tem isso. Deixar a apresentação que está na máquina ali, está na sua mão, que é uma contribuição que vamos dar até o minuto da votação. Até a votação vou continuar insistindo com teses que venho validando ao longo dos meus últimos 13 anos na Câmara, e os dez anteriores que passei na Assembleia Legislativa, ao qual dedico ao sempre Deputado Milton Flávio que foi meu Líder do Governo, quando eu assessorava o Governador Mario Covas. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Muito obrigado, Vereador José Police Neto. Com a palavra o Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPILCY – Caro Presidente Toninho Paiva e querido Secretário Wilson Poit, Secretário Milton Flávio.

Há pouco Vereador Dalton comentou comigo, mas vocês pediram tanto que houvesse mais aqui audiências públicas, mas o povo não veio, acho que pode haver responsabilidade da minha parte, mas me parece que o aviso relativo a essa audiência pública não foi suficientemente divulgado a tempo e até como o próprio Vereador José Police Neto aqui informou, ontem às 19h30, e que foi aqui enviado o substitutivo para ser discutido. Mas cumprimento a todos os presentes que aqui estão porque mostraram seu interesse nessa proposição que é tão significativa.

Quero dizer que, com respeito às concessões, ao processo de desestatização, acho que podemos conversar sobre isso de uma maneira mais racional possível. O próprio Prefeito Fernando Haddad, por exemplo, tinha iniciativas de concessão, como do próprio estádio do Pacaembu, mas uma preocupação que nós, na Oposição, temos é para eventualmente a concessão, seja do estádio do Pacaembu, seja de Interlagos, seja do Anhembi, seja dos próprios parques municipais, na hora que tivermos o conhecimento de como é que vai ficar, vamos supor que houvesse uma proposta – espero que não – que viesse descharacterizar o que é hoje o estádio municipal do Pacaembu, e que preocupa algumas das pessoas que lá são usuários, porque se chegou a falar até de construir um shopping no lugar da piscina – e isso assustou muita gente -, mas soubemos que o Conpresp, por exemplo, não permitiria uma coisa dessas.

Então nós realmente gostaríamos e até isso ainda acredito será objeto da reflexão nossa, para cada instituição o projeto é importante que, eventualmente, passará a ser objeto de concessão e ou até privatização e que isso possa ser antes debatido por toda a população. Eu até perguntei ao Rafael como é que, afinal de contas, o movimento social que ocupou a Câmara Municipal, que ocupou até esse auditório, quero até lembrar Presidente Toninho Paiva que estou achando um dia bonito e está tão agradável aqui conversar, até melhor do que lá dentro, e sabe quem é que construiu e quando foi construído (Pausa), queria só recordar que esse auditório que tem qualidade especiais foi construído durante o período que eu fui

Presidente da Câmara Municipal, na Gestão Luiza Erundina.

Esse auditório foi utilizado intensamente porque era característica da Gestão Luiza Erundina estar sempre dialogando com os movimentos sociais e, por isso, esse auditório acabou sendo construído. Acho importante que estejam aqui mais pessoas, sinto pena que não tenham vindo todos aqueles, vou até perguntar um a um porque não estão aqui, hoje, presentes.

Agradeço as observações do Secretário Wilson Poit sobre ele ter lido o livro da Monica Dallari sobre a história da Cooperativa dos Vendedores Autônomos do Parque do Ibirapuera que hoje já está no seu 17º ano, e por que razão? Porque eu considero importante que possa a Prefeitura Municipal estar estimulando a formação de formas de economia solidária de cooperativas. E aquele é realmente um exemplo tão positivo. Mas, inclusive, para estarmos resolvendo o problema da população mais carente como a população em situação de rua, na medida em que possa a Prefeitura estar estimulando a formação, por exemplo, de cooperativas de artesanatos. Já existe uma que foi formada lá na zona Norte, ao tempo do Governo Fernando Haddad, ou cooperativas de material reciclado e tantas outras que poderia dar condições dessa população que, hoje, está num número até maior do que em 2016, quando terminou o Governo Haddad.

Percebemos que, com a recessão, e o desemprego que caracterizou a economia brasileira e a própria paulistana tem aumentado o número de pessoas que estão nas ruas. E até permita que diga ao Secretário Wilson Poit e Milton Flávio que mais uma vez eu me preocupei bastante porque anteontem, outra vez, lá embaixo do Viaduto Jaceguai houve uma operação chamada rapa, com policias e Guarda Civil e as pessoas novamente expulsando as famílias que ali estavam embaixo, sem que houvesse havido um aviso adequado e nem uma assistência por parte das secretarias de Assistência Social. Quando houve a primeira vez, em agosto último, há cerca de um mês, aquela operação de limpeza ali com moto niveladora e escavadeiras que foram derrubando as simples casas de madeira que ali estavam eu até tive

uma reunião com o Secretário Júlio Semeghini, com o Secretário Felipe Sabará e Eloisa Arruda no Gabinete do Secretário Júlio Semeghini e com muitas das mães e familiares de pessoas que tiveram suas casas ali destruídas e foram expulsas e o Secretário Júlio Semeghini me disse: “Eduardo, quero lhe garantir que isso não mais vai acontecer, porque aquilo lá foi um desrespeito à portaria”, que eu muito elogiei, Portaria nº 1/ 2017, publicada no Diário Oficial no dia 31 de maio.

Então, junto à população mais carente, eu quero pedir a atenção da Prefeitura Municipal, do conjunto do Secretariado para que venhamos a ter soluções mais positivas do que simplesmente querer retirar a força essas pessoas de onde elas se encontram.

Queria até dizer, porque alguns dos senhores informaram aqui, opinaram de quanto importante tenhamos maior atenção com a educação, com a saúde, com a moradia, eu estou de pleno acordo, mas é preciso também considerar que para que as famílias mais carentes possam estar tendo as suas crianças com razoável alimentação, com boa saúde e tudo, é necessário se garantir que elas possam ter um mínimo de renda para a sua sobrevivência e quero aqui fazer uma breve observação que eu muito acredito que possa o Brasil se tornar pioneiro na instituição da renda básica de cidadania.

Sabem todos, acredito que isso já é lei no Brasil, mas para se instituída por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa família.

Quero aqui fazer uma observação, o Bolsa Família hoje garante 85 reais per capita para cada pessoa no Brasil que esteja ali inscrita no programa. Vamos supor que nós instituíssemos, para começar, uma modesta renda básica universal para todos, um pouco melhor do que o Bolsa Família até para eles próprios que são beneficiários, da ordem de 100 reais por mês, 1200 reais, por ano, para começar, um dia 200, um dia 500, um dia mil, mais e mais com o progresso da Nação. Se fôssemos fazer 1200 reais por ano para 2007 milhões de pessoas no Brasil que são os brasileiros e brasileiras aqui residentes, chegaríamos a uma

soma da ordem de 248 bilhões, quase 250 bilhões de reais, uma quantia extraordinária, se somarmos o Orçamento da Saúde e da Educação, vai dar quase este valor, mas, quero lembrar, ainda nesse ano quando esteve em Genebra a Presidenta Dilma foi indagada sobre qual o maior erro dela. Ela mencionou foi o número tão elevado de subsídios que o Governo concedeu, pois achávamos que os empresários usariam os subsídios para realizar mais investimentos, mas na verdade, aumentaram significativamente seus lucros e não fizeram o que nós esperávamos e daí na Folha de S. Paulo hoje tem o valor das isenções fiscais no Brasil concedidas pelo Governo Federal, quero dizer, caro Antônio Donato que a soma total esse ano está próxima de 300 bilhões, o ano que vem, vão ser 300 e tantos bilhões de reais, bem mais do que custaria a instituição de uma renda básica de cidadania para todos os brasileiros e brasileiras, inclusive, os paulistanos que estão morando na rua hoje.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Tem a palavra a Vereadora Janaína Lima.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Gostaria de começar cumprimentando a Mesa, na pessoa do Presidente Toninho, não poderia deixar de mencionar o meu amigo e colega de partido, Wilson Poit, que está aí liderando o maior plano de desestatização do Brasil, sendo referência no Município, quero cumprimentar essa galeria bonita, lotada de brasileiros e paulistanos que vieram dar a sua contribuição e garantir que esse processo seja democrático. É emblemático fazer aqui nesse auditório aberto que representa a transparência que a gente quer ver em todos os setores da administração pública. Podemos olhar os carros, ônibus a população pode assistir mesmo que de longe o que está acontecendo dentro da Câmara Municipal e é assim que a gente sonha que os setores públicos atuem: de forma transparente, participativa, em que a sociedade se sinta representada e engajada. Assim eu gostaria de cumprimentar vocês por estarem aqui cumprimentar os cidadãos que nos assistem pela TV Câmara e quero trazer algumas contribuições do que os que me antecederam disseram.

Quero cumprimentar todos os Vereadores que estiveram presentes, Police Neto, que participou ativamente desse debate, trouxe aqui grandes contribuições, Dalton Silvano, um

defensor afincó das desestatizações, Toninho Paiva que fez, acho, 14 audiências públicas no período de recesso, veio aqui, engajou a população, garantiu a transparência do debate, Donato, Oposição firme, atuante, Suplicy, sempre Senador, que veio aqui e deixou suas contribuições também.

Sobre o PL 367, que trata das concessões, a gente viu que o PL avançou, trouxe significativas transformações o que mostra que a administração pública, na pessoa do Wilson Poit, conseguiu atender todos os comentários de ajustar o PL para que de fato representasse a todas as falas dos cidadãos que participaram e gostaria de trazer que o objetivo dessa audiência pública foi um pedido de uma invasão que aconteceu na Câmara Municipal. O que mais me espanta é que no sábado ensolarado, bonito, no auditório mais transparente, os invasores que tanto lutaram por essa audiência pública que tanto reclamaram da ausência de transparência do debate não estão aqui para fazê-lo. Então, deixo a mensagem de espanto da minha parte.

O que o Executivo busca com esse projeto é a aprovação do modelo, não faz sentido a gente gastar com a viabilidade econômica do PL, usar dinheiro público para isso, sem ter a autorização legislativa, que é importante sim para garantir a segurança jurídica, mas discordo que você precisa de uma lei para que algo se torne real, para que tenha concretude a uma ideia.

Está aí a impunidade que me diz que há várias leis que hoje no Brasil não são cumpridas e não é isso, a gente quando estuda Direito, estuda as classificações da eficácia, tem a lei que pega e a que não pega. O que buscamos encontra nessa gestão é vontade política. É isso que faz com que uma ideia, um papel ganhe de fato vida e que vire uma política pública ou uma inovação no setor público. O que assistimos aqui é uma gestão que tem vontade política, que vem cumprindo o seu papel no sentido de trazer novas mensagens para a sociedade. Nesse substitutivo parabenizo todos os Vereadores desta Casa porque a Câmara Municipal cresceu, todos se engajaram, trouxeram contribuições, inclusive mobilizaram todos

os interessados, inclusive, os permissionários e trouxeram o debate a fim de que se garantisse a participação de todos os envolvidos. Eu apoio sim o Plano Municipal de Desestatização.

Apesar de toda admiração que tenho pelo Vereador Police, ele fez um questionamento, se alguém conhecia alguma empresa que faz algo para não ter lucro, ou perder dinheiro. Conheço muitas empresas que agem sem pensar somente no lucro. Na verdade essa é uma visão ultrapassada do capitalismo. Hoje o que buscamos é o impacto social, político, econômico. Muitas empresas têm programas de responsabilidade social e inclusive poderiam dar aulas para o setor público, que aliado ao terceiro setor cumpre de uma forma exemplar, o papel que o poder público deveria cumprir.

Deixo uma mensagem de parabéns e agradecimento como cidadã a essas empresas engajadas e comprometidas. Estão aí as diversas parcerias que o Prefeito João Doria tem firmado no sentido de trazer a iniciativa privada. Muitos perguntam o que o empresário vai ganhar? Vai ganhar uma cidade melhor. Aqui têm muitos paulistanos que querem contribuir com a sua cidade, colaborar com a vida do cidadão comum, e muitas vezes não sabem como fazer.

O importante é deixar claro para a população o que vai representar esse PL 367 na prática. Esse PL vai garantir uma economia de mais de 400 milhões de reais aos cofres públicos. Se você somar o custo de todos os PLs apresentados pelo Secretário Wilson Poit você vai ver que chegamos a uma monta de 450 milhões que poderão receber ainda, um investimento ao Município de, aproximadamente – é um valor estimado –, de 1 bilhão de reais.

Ou seja, a Cidade vai deixar de gastar 450 milhões, vai receber de investimentos, aproximadamente, 1 bilhão de reais – é o que se estima – e ainda a Cidade ganha com serviços públicos melhores, mais eficientes, mais conectados com o cidadão e, sem contar, os impactos, o respeito aos pagadores de impostos, porque ninguém mais aguenta pagar imposto, só ver chegar na sua casa conta e você não ter nenhum tipo de benefício.

Com esse projeto a gente vai ter respeito ao pagador de impostos, garantindo a

igualdade de oportunidades, porque o dinheiro público vai poder ir para onde hoje a população não tem o digno, o mínimo: saúde, educação, o que vai garantir um alto impacto, econômica e socialmente pela nossa cidade.

Parabéns pela iniciativa da gestão João Doria. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Obrigado, Janaína Lima.

Com a palavra, o Vice-Líder do Governo, o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Boa tarde a todos. Também vou ser muito breve, mas não poderia deixar de colocar a minha fala, não do ponto de vista técnico e do debate técnico, desse projeto de lei como está sendo feito nas audiências públicas e aqui.

Em primeiro lugar, quero parabenizar meus colegas Vereadores Suplicy, Donato, Police Neto, Janaína, meu querido amigo Presidente, muito bem foi lembrado pela Janaína, que durante o mês de julho nós realizamos, tive a oportunidade de participar de várias audiências públicas, quando iniciamos este debate.

Quero cumprimentar meu colega Secretário Milton Flávio, está sempre presente nos debates e na relação com os Vereadores. Especialmente, quero fazer meu cumprimento de forma efusiva ao nosso querido Secretário Wilson Poit.

Eu até disse, em tom de brincadeira, mas de verdade, que recebi um *e-mail* já incluindo o Secretário no livro *Guiness Book*, pois foi o Secretário que mais participou de audiências públicas na história desta Casa. (Palmas) *Guiness Book*.

É impressionante a disposição, sempre com esse sorriso, mesmo nas maiores dificuldades, o Wilson Poit tem feito as audiências públicas e conversando com cada um dos senhores Vereadores.

Eu não vou entrar na questão técnica da redação, mas quero dizer que, até pela nossa experiência, o ponto alto dessa desestatização que está sendo colocada aqui é o amplo debate democrático e de forma transparente que o Governo João Doria vem imprimindo junto aos seus aliados.

Não adianta vir aqui falar: “Eu não sabia”; “Eu não vi”; aquela história do “Veja bem, eu não sabia.” Isso não procede. Não procede porque nós já tivemos, na minha conta, umas 18, 20 audiências públicas do PL 367. Para quem achar que foi de última hora, esta audiência pública, pode vir segunda-feira, às 10h, vai ter outra audiência pública pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que eu também faço parte.

Essa desculpa de que não sabia, não viu, não. Como eu já conheço, meus cabelos brancos já permitem que eu possa interpretar – o Vereador Donato também está com seus cabelinhos brancos – a juventude faz isso mesmo. Eu respeito até, nem vou falar que foi invasão, foi uma ocupação de forma democrática.

É interessante, aliás, o Vereador estava na mesa, legal, vejo o entusiasmo desses jovens que, na negociação, eles queriam lanche, queriam comida, água, não combinaram com ninguém que iriam ocupar, agora quero lanche, água, comida. Você não quer também uma TV para assistir ao jogo do Corinthians, do São Paulo ou do Palmeiras. Mas isso faz parte da explosão da juventude.

Na negociação eles pediram esta audiência pública, o Presidente Milton Leite, democraticamente, falou que assim que sair o substitutivo vou fazer uma grande audiência pública – o substitutivo ia sair, já estava combinado de sair nesta semana.

Hoje, você convoca as pessoas e os Vereadores – não vou dizer que apoiaram -, mas que estiveram juntos ali, naquela audiência pública, eles já sabiam desta audiência. É só pegar o *WhatsApp*, *Twitter*, *Facebook*, tudo o que tiver, em dois minutos, você traz 200 pessoas aqui.

Mas, obviamente, como nós já sabemos, o objetivo não era negociar nada. Era apenas arrumar uma justificativa para... Mas não tem problema. Até porque nós teremos outras audiências públicas. O que não pode faltar é o debate.

Agora, qual é o outro ponto positivo? O texto que foi apresentado na quarta-feira está aqui, para quem não tem conhecimento do texto.

Como eu participei de praticamente todas as audiências públicas, eu quero fazer aqui um ponto de elogio ao Líder do Governo, Aurélio Nomura, porque nós temos nos revezado, quando eu não posso vir ele vai, para poder acompanhar e participar do debate, para ouvir.

Tudo o que ouvi nas audiências públicas, eu diria que 80, 90%, está contemplado no substitutivo. Ah! O substitutivo é perfeito? É claro que não é. Aliás, nós não vamos aprovar nenhuma lei perfeita, nenhuma lei perfeita na visão de uma parte do grupo de Vereadores, na visão de outra parte.

Na média, nós teremos de aprovar uma lei que possa contemplar não só os interesses, em primeiro lugar, do município e paralelamente os interesses obviamente da Prefeitura.

Na medida em que nós conseguirmos buscar esse ponto de equilíbrio, eu acho que o texto estará pronto para ser votado.

“Vai ser votado de forma açodada, no afogadilho?” É claro que não. É claro que não. Está aí o substitutivo, já está no portal, vai ser debatido, ele recebe emendas. Está aqui o próprio Police Neto que tem várias sugestões. Serão acatadas todas? Não sei. Vai ser debatido. O Governo vai continuar debatendo, os Líderes vão se reunir e só vai ser votado na medida em que amadurecer até o último minuto da questão de poder. Encontrar o melhor texto para ter a proteção jurídica e para que, inclusive, a população possa se beneficiar, continuar se beneficiando dos equipamentos, dos serviços, de forma que a cidade de São Paulo, deixando de ter essas despesas, possa investir naquilo que foi dito.

Quero até parabenizar. Está aqui meu colega, Vereador Donato, eu nunca o vi fazer um discurso surrado. Sabem o que é discurso surrado? É aquele que se repete, sempre se repete, é sempre a mesma coisa. Ele fez um discurso aqui, eu o conheço já de outros mandatos, é um discurso, eu diria, racional.

Mesmo tendo votado contra, aí vai mais parabéns para os 42 Vereadores que

votaram pelo primeiro projeto de concessão, que foi do Pacaembu, com 42 votos, com a ajuda da Oposição, o sempre Presidente Donato, representando, porque mesmo tendo votado contra, por um motivo ou por outro, contribuíram para o aprimoramento do texto. Muito embora às vezes possa ter votado contrário, por um motivo ou por outro, mas o substitutivo, as emendas, o texto que é favorável, que é importante, eles são sugados para se contemplar a legislação e o texto final.

Então, Donato, fica aqui. Realmente conheço o trabalho da Oposição.

Era isso que eu queria dizer.

Parabenizar o andamento, temos mais audiências públicas para encontrarmos o melhor texto até para desmistificar. A Oposição fala: “Vão vender a Cidade.” É claro. Esse é o discursinho surrado. É o discursinho que estou cansado de ouvir lá para trás. “A desestatização não sei nem o que é isso.” Bom, eu dei aula de português um pouquinho, é tirar do Estado aquele serviço que você não considera prioritário. O professor Police Neto também vai saber. Mas nós já estamos acostumados com esse discurso. Não sabe o que é desestatização, vai vender a Cidade. Não tem nada de vender a Cidade. Vai privatizar o Autódromo, SPTuris, vai privatizar com o apoio dos Vereadores, são eles que vão decidir. Se não tiver a maioria de 28 votos não vai privatizar. Então tem que ter um convencimento.

Era isso que eu queria dizer.

Do ponto de vista do encaminhamento, nós vamos debater esse projeto, vamos debater os outros projetos até que a gente possa encontrar um texto.

É claro que esse projeto de desestatização é do Prefeito Doria que foi eleito no primeiro turno, com a maioria dos votos do cidadão e do eleitor paulistano.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Registrados a presença do Sr. José Carlos Nunes Martinelli, Presidente da SPTrans, neste ato, representando o Secretário Sérgio Avelleda.

Tem a palavra o nosso Secretário de Relações Governamentais Milton Flávio.

O SR. MILTON FLÁVIO – Boa tarde a todos. Toninho é um privilégio estar aqui com você, participando desta audiência.

Mais uma vez é uma satisfação me reencontrar com o Poit numa audiência pública. Eu diria que você é o novo na participação, na democratização, no compartilhamento das ideias. Como disse o Dalton, você vai para o *Guiness* como o Secretário que mais vezes participou.

O Doria vai para o *Guiness* também, porque nunca tantos secretários participaram de tantas reuniões e atenderam a tantas convocações da Câmara Municipal como nesses pouco mais de nove meses do nosso Governo.

Eu queria cumprimentar o nosso Vice-Líder, o Dalton, que tem sido um guerreiro, como sempre, na defesa dos projetos que o Governo apresenta.

Eu queria agradecer, como sempre, o carinho, a amizade para mim do Netinho. Foi assim que eu o conheci. Dizer, Netinho, que aquele começo nosso, em 95, o aprendizado que tivemos juntos, construiu essa boa relação, é que nos permitiu estarmos hoje, você e eu, nas posições que ocupamos.

Não sei nessa relação quem foi o professor e quem foi o aluno. Mas acho que somos parceiros da mesma classe.

Janaína ontem esteve conosco numa reunião maravilhosa na Prefeitura, convivemos com empresários que não querem lucrar só, também querem compartilhar, contribuir, inclusive, como foi dito ontem, pessoas que hoje, Neto, como acontece nos Estados Unidos, pessoas que não têm herdeiros e querem deixar para a sociedade de volta aquilo que a sociedade lhes deu em vida. Espero que, de fato, seja uma oportunidade, um exemplo, que venha cada vez mais se repetir.

Outro fato muito importante, eu vou aqui só aproveitando para saudar, o Donato disse que hoje nós não estamos discutindo privatização como ideologia. Eu confesso que fico

tão feliz de ver o Donato orgulhoso de dizer que foi o PT que fez as duas primeiras concessões no Município de São Paulo.

Conceder, desestatizar, já não é mais apenas e tão somente a bandeira do NOVO, do PSDB, passa a ser bandeira também do PT. O que é muito bom para todos nós. Mostra que o debate e a discussão têm permitido que a gente se aproxime, que se aproxime daquilo que a sociedade precisa.

Dizer ao Senador Suplicy, que eu participei daquela reunião com você e com os moradores, vou checar porque nós combinamos efetivamente que aquele ato não se repetiria. Janaína me perguntou e eu falei que não estava sabendo ainda do que aconteceu, mas toda vez que você faz um acordo ele é bilateral. Nós precisamos saber quem descumpriu o acordo. Porque no dia do acordo nós garantimos às famílias que estavam lá, inclusive, abrigos e acomodações familiares. Se as acomodações que foram cedidas e oferecidas, estavam à disposição, não deveriam ter eles voltado também para debaixo do viaduto.

Vamos checar, mas, de qualquer maneira, vamos responder de maneira adequada a isso.

Para finalizar, só queria dar uma homenagem ao Poit.

Eu pedi, na verdade, precisava falar, Poit, que eu deixei de ir para o consultório em Botucatu, e disse que deixava de ir, porque eu tinha de estar junto com você. Eu precisava mostrar que eu estava presente, defendendo aquilo que nós acreditamos.

Mas eu queria dar um testemunho. Se é verdade que o Poit participou de duas dezenas de audiências aqui, vocês não imaginam o número de outras reuniões que a sua Secretaria fez lá na própria Secretaria e em outras secretarias.

Eu cansei de colocar Vereadores que levaram outras pessoas, representantes de espaços, mercados, sacolões que, além das audiências públicas, queriam compartilhar com ele de um debate mais próximo, de um aprofundamento que às vezes a audiência pública não permite.

Estou dando aqui um testemunho: ele nunca recusou. Ao contrário, antecipava as reuniões, buscava reiterar essa disposição de conversar. Tanto o Neto quanto o Dalton disseram.

Embora o nosso companheiro tenha dito que não viu o substitutivo, não fique preocupado não. O projeto será aprovado, poderá e deverá ser aprovado com emendas e modificações aos 45 minutos do segundo tempo, até com prorrogação. É assim no Parlamento. Embora o Governo tenha encaminhado o substitutivo ele é passível de modificações, sempre foi assim, vai continuar sendo conversado, vai continuar sendo emendado.

Eu queria deixar registrado e destacar, Poit, uma coisa que não foi falada. É um dado muito importante para tranquilizar a população de São Paulo. Mais do que concessionar, acho que também é muito importante – acho que o Donato falou isso, ou o Netinho, não me lembro – não basta concessionar, não basta entregar, o importante é o serviço que será prestado, o benefício que a população terá.

Este Governo, além de fazer as concessões, vai instituir, uma ou eventualmente duas, agências reguladoras enxutas que não oneram, não deverão onerar o Município, para garantir os resultados que eventualmente a lei pretende, a concessão pretende dar à população. Acho que isso é muito importante.

Inclusive, Poit, acho que pode resolver aquela questão dos mercados, de tal maneira que aquele que ganhou a concessão, mas que a concessão garanta ao permissionário, ele sim o concedente, que recebeu a concessão, que ele tenha o direito de, além de uma garantia de preferência ao permissionário, e seja essa agência reguladora aquela que vai garantir que aquele que recebeu os mercados em concessão não possa espremer os permissionários, tirando deles um direito quase que sagrado e familiar de manter o negócio que, muitas vezes, já têm 60, 80, 100 anos de tradição.

Um grande abraço. Muito obrigado.

Lamentar de novo por aqueles que queriam tanto essa audiência e não puderam

comparecer. Acho que fez muito sol, Toninho, lá fora está melhor.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Toninho Paiva) – Agradeço a presença de todos e a maneira educada e democrática com que esta audiência pública transcorreu, trazendo maior embasamento para o PL 367. Com certeza, vamos alcançar o que pretendemos: uma Cidade melhor. Os países que alcançaram destaque no mundo priorizaram a educação. Nós ainda estamos devendo ao nosso povo essa prioridade.

Antes de encerrar, passarei a palavra ao Secretário Wilson Poit, para suas considerações finais.

O SR. WILSON POIT – Muito obrigado. Agradeço a presença de vocês neste sábado bonito de sol, duas e meia da tarde, participando deste debate, desta audiência tão rica e tranquila. Agradeço ao Vereador Toninho Paiva pela oportunidade de estar nesta Casa mais uma vez. Segunda feira, estarei aqui novamente às 10 horas no plenário para mais uma audiência pública, aí sim focada em mercados. Agradeço aos Srs.: Gustavo Ramos, Alex, Ivan Monteiro, Vinícius Poit, Dario Arantes, Tiago Santos, Nicolau Sarkis, que usaram a palavra e apoiaram o nosso plano. Agradeço muito ao Rafael Calabria, do Idec, pela presença em todas as nossas audiências e por sua contribuição. Agradeço as palavras sobre o avanço que tivemos nesse substitutivo. Quero deixar claro mais uma vez a você e a todos que o detalhamento desses projetos já está sendo feito agora, nos Procedimentos de Manifestação de Interesse; mas, principalmente, será feito no edital e no contrato.

De novo: nessa lei de concessão de terminais nós ainda não estamos falando em deixar. É uma concessão, em que esse prédio, depois de 35 anos, 30 anos, retorna para o Governo. Apenas em um caso muito especial, como foi dito aqui pelo autor da lei, José Police Neto, de habitação, nós poderemos ter a permanência da parte superior, da parte aérea. Mas isso ainda é objeto de um detalhamento.

Não posso também deixar de agradecer ao meu colega, Secretário Milton Flávio.

Muito obrigado pela companhia e pelas aulas e, como você disse, pela participação nas reuniões que temos tido na Secretaria. Só nesta Secretaria tivemos Vereadores e Deputados com o pessoal de mercado, e estive presente inclusive à noite ouvindo a todos na Secretaria de Desestatização.

Agradeço mais uma vez e quero registrar o meu respeito pelo meu colega Secretário e sempre Presidente desta Casa, Vereador Antonio Donato, com quem tanto aprendi e aprendo. Não posso deixar de dizer que, sobre o cheque em branco, que o Vereador sempre repete aqui, eu discordo, com todo respeito, e digo que é um cheque nominal. É um cheque que tem meta, é um cheque que tem destino e está dedicado à educação, à habitação, à Assistência Social, à segurança. E, ao contrário até do Plano Nacional de Desestatização, que, como bem disse aqui o Vereador Donato, coisas que aconteceram já no governo Lula, Dilma e mesmo FHC, de privatizações e de concessões, e mesmo nos governos Kassab e Haddad, aqui em São Paulo, eu diria que o Plano Municipal de Desestatização é mais específico que o Nacional. O Plano Nacional é bem genérico e permite a inclusão dos projetos por decreto, o que não é o caso aqui. Aqui, não só temos um plano mais detalhado - dividimos esse plano em 6 projetos de lei - como também criamos um fundo. Ao contrário até de outros planos de desestatização existentes, esse fundo já carimba o dinheiro e dá o destino certo, para as áreas essenciais.

Queria agradecer mais uma vez, já partindo para o encerramento, ao nobre Vereador José Police Neto, que sempre traz grandes contribuições e com qualidade, entregando material e participando ativamente deste projeto, como de outros. Utilizando as palavras dele sobre o equilíbrio, quero dizer que é uma orientação do Prefeito João Doria. Estamos atentos a isso e repetimos isto na nossa Secretaria: os projetos deverão ser equilibrados. Tem que ser bom para a Prefeitura, tem que ser bom para o investidor – porque o dinheiro não cai do céu – e tem que ser muito bom para a população de São Paulo, para que passe a receber melhores serviços em todos esses equipamentos e consiga que seu imposto

seja priorizado.

Quero concordar com o Vereador quanto a que o Bilhete Único já caminha quase que rapidamente para um aplicativo de celular. Então, vamos ter a concessão, mas isso já está agora, inclusive, no PPMI; está no mercado neste momento. Já lançamos um Procedimento Preliminar para ouvir empresas do mundo inteiro que apareceram e empresas brasileiras, que podem contribuir e com qual tipo de receita acessória e também com a tecnologia para o cartão.

Agradeço ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e dizer-lhe que os mercados não estiveram presentes aqui hoje em peso; mas, só nesta semana, recebi duas comitivas dos mercados municipais, por duas noites seguidas, com líderes de todos os mercados. Conversamos bastante sobre direito de preferência e garantias para eles.

Agradeço sempre à minha colega Vereadora Janaína Lima, cujas palavras penso serem muito apropriadas - sobre a transparência desse local, sobre estarmos em setembro e continuarmos discutindo esse projeto de uma maneira transparente, de um lugar bastante simbólico para conversarmos sobre o projeto de desestatização em São Paulo, que continua aberto, como disse o colega Milton Flávio, para receber mais contribuições.

Quero agradecer também ao Vereador Dalton Silvano - que precisou sair -, pelos elogios. Agradeço muito aos colegas da São Paulo Parcerias e da Secretaria de Desestatização, que estão conosco neste sábado e sempre presentes em todas as horas, nas mais complicadas inclusive.

Quero dizer que essa autorização legislação que estamos aguardando desta Casa é extremamente importante. Acho que a colaboração da Câmara Municipal de São Paulo para o enriquecimento do PMD é essencial, e este é um momento histórico. E todos os Vereadores aqui presentes, todas as pessoas que têm vindo sempre vão participar de um projeto exemplar. Estamos participando de um momento único. Temos planos nacionais de desestatização conhecidos e planos estaduais; mas um plano municipal forte como esse, grande como esse

será exemplar para centenas de cidades deste país, muitas delas já nos visitando e criando Secretarias e áreas, porque todas têm parques, cemitérios, estádios abandonados, bilhete único, serviços funerários às vezes monopolizados como aqui e também estão sem dinheiro e precisando colocar atenção e foco no que é essencial.

Muito obrigado a todos e uma boa tarde. (Palmas)
